



# **TERMO DE AUTUAÇÃO**

## **PROTOCOLO DO PROCESSO**

### **027470/2025**

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:  
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: b0f9b842-1572-46d7-8972-fdde2fd3a724

<b>AUTUADO EM</b>	<b>Terça-feira, 29 de Julho de 2025</b>
<b>LOCAL DA AUTUAÇÃO</b>	<b>LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO I</b>
<b>AUTUADO POR</b>	<b>CINTIA MAYER BRITO</b>
<b>INTERESSADO (S)</b>	
<b>MAVAN EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS CONTRA INCENDIO LTDA</b>	

#### **RESUMO**

*IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - PE 90.088/2025*  
*EMPRESA IMPUGNANTE: MAVAN EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS CONTRA INCENDIO LTDA*  
*CNPJ: 46.777.870/0001-72*

**DATA: 29/07/2025**



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
OU PREGOEIRO(A) da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ**  
Ref.: **Pregão Eletrônico Nº 90088/2025 (SRP)**  
Objeto: Prestação de serviços de recarga, inspeção e manutenção de extintores de incêndio

MAVAN EQUIPAMENTOS E SERVICOS CONTRA INCENDIO LTDA , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 46.777.870/0001-72, vem, tempestivamente, com fundamento no artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar

## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Conforme os fundamentos a seguir expostos:

### I – TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação está sendo protocolada dentro do prazo legal, conforme estabelecido no art. 164 da Lei 14.133/2021, que permite a impugnação até três dias úteis antes da data de abertura da licitação, assegurando tempo hábil para análise e manifestação da Administração.

### II – DOS FATOS

1. O edital exige, como condição de habilitação, o registro da empresa junto ao Corpo de Bombeiros estadual.
2. A impugnante atua exclusivamente na recarga, inspeção e manutenção de extintores de incêndio, atividade regulada e fiscalizada pelo INMETRO.

### III – DA INCOMPETÊNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS E COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO INMETRO

1. As Leis nº 5.966/1973 (art. 4º, § 2º) e nº 9.933/1999 (art. 3º, I e IV), bem como as Portarias INMETRO nº 206/2011 e nº 058/2022, conferem ao INMETRO competência exclusiva para registrar, regulamentar, certificar e fiscalizar prestadores de recarga e manutenção de extintores de incêndio.
2. Não há base legal que justifique o cadastro ou certificação desses prestadores junto ao Corpo de Bombeiros estadual, tampouco competência normativa desse órgão para tal.

### IV – JURISPRUDÊNCIA E ENTENDIMENTOS DO TCU

Consoante o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União:

- a) O **\*\*Acórdão 1463/2024-Plenário\*\*** reconhece que a exigência de registro junto ao Corpo de Bombeiros militar como requisito de habilitação em licitações de serviços de manutenção predial afronta o Anexo VII-B, item 2.2, da Instrução Normativa Seges/MPDG 5/2017, devendo ser exigida apenas na fase contratual, com o objetivo de ampliar a competitividade entre os licitantes.
- b) O **\*\*Acórdão 2076/2023-Plenário\*\*** estabelece que a exigência de certificado de cadastramento no Corpo de Bombeiros como documento de habilitação é irregular, podendo ser exigida apenas na contratação e com devida justificativa técnica prévia.
- c) De acordo com representações analisadas pelo TCU, essa prática restringe desnecessariamente a competitividade e só se justificaria em situações extraordinárias justificadas no Estudo Técnico Preliminar, sob pena de violar os princípios da isonomia, legalidade e economicidade.

### V – DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA

1. A exigência de registro prévio junto ao Corpo de Bombeiros é manifestamente ilegal e desprovida de base legal federal.
2. Contraria os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, isonomia, competitividade e eficiência, além de violar os normativos supra-relatados.

3. A certificação do Corpo de Bombeiros, quando exigida, refere-se ao uso de produtos e equipamentos em edificações (ex.: projeto de incêndio), não ao exercício da atividade de manutenção, a qual compete ao INMETRO.

#### VI – DO INMETRO COMO ÓRGÃO COMPETENTE

1. A impugnante está devidamente registrada no INMETRO, em total conformidade com os requisitos técnicos previstos na Portaria INMETRO nº 058/2022, bem como com a utilização obrigatória do Selo de Identificação da Conformidade.
2. Tal registro comprovadamente atende às exigências legais e técnicas aplicáveis, sendo suficiente para atestar sua qualificação para participar da licitação.

#### VII – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) O acolhimento integral da presente impugnação;
- b) A exclusão da exigência de registro no Corpo de Bombeiros como condição de habilitação;
- c) Que a impugnante seja habilitada com base no registro no INMETRO e nos documentos legalmente exigidos;
- d) Subsidiariamente, caso mantida a exigência, que seja instituída exclusivamente na fase de contratação, mediante motivação no Estudo Técnico Preliminar, conforme entendimento consolidado do TCU.

Nestes termos, pede deferimento.

ZILMA DA CONCEIÇÃO ROSA DA SILVA

Responsável Legal

MAVAN EQUIPAMENTOS E SERVICOS CONTRA INCENDIO LTDA

CNPJ: 46.777.870/0001-72

Contato: 21-98925-0605

Registro INMETRO: 008988/2022



SECRETARIA DE  
LICITAÇÕES E  
PLANEJAMENTO

*Comissão Permanente de Pregão I*

À Secretaria Municipal de Educação

Processo Licitatório nº 14.842/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.088/2025, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada em prestação de serviços continuados de recarga, manutenção e afiação em extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Educação existentes dos tipos: Gás Carbônico (CO2) 6kg, Pó Químico Seco (PQS) 6 Kg, Pó Químico Seco (PQS) 4 Kg e Água Pressurizada (AP) 10L, para atender às necessidades das Unidades Escolares, Almoxarifado e Núcleo Central da Secretaria de Educação, pelo período de 01 (um) ano.**

Trata-se o presente processo de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa MAVAN EQUIPAMENTOS E SERVICOS CONTRA INCENDIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.777.870/0001-72, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, por intermédio de seu representante legal, TEMPESTIVAMENTE, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.088/2025.

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra as especificações técnicas do Termo de Referência, ao alegar que "As Leis nº 5.966/1973 (art. 4º, § 2º) e nº 9.933/1999 (art. 3º, I e IV), bem como as Portarias INMETRO nº 206/2011 e nº 058/2022, conferem ao INMETRO competência exclusiva para registrar, regulamentar, certificar e fiscalizar prestadores de recarga e manutenção de extintores de incêndio" e que "Não há base legal que justifique o cadastro ou certificação desses prestadores junto ao Corpo de Bombeiros estadual, tampouco competência normativa desse órgão para tal."

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da Impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão I*

**II. DA DILIGÊNCIA**

Considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, com base no artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e no subitem 26.11 do Edital, encaminho o processo para manifestação do órgão requisitante, a fim de subsidiar a decisão final deste Pregoeiro.

Recomenda-se que o setor requisitante avalie:

1. A necessidade técnica das exigências impugnadas, considerando a proporcionalidade e adequação ao objeto da licitação;
2. Eventuais ajustes no Edital e seus anexos para assegurar a competitividade e a isonomia, sem prejuízo à qualidade técnica e eficiência;
3. Os impactos sobre o interesse público no prosseguimento do certame com as condições atuais.

Por fim, informamos que a realização do Pregão Eletrônico em pauta está agendada para o dia **12 de agosto de 2025**, razão pela qual solicitamos urgência na análise e manifestação do setor técnico e posterior retorno do feito para o regular prosseguimento do certame.

Nova Friburgo, 29 de julho de 2025.

**Leonardo Gabrig Peixoto**  
**Pregoeiro - Comissão Permanente de Pregão I**  
**Matrícula nº 206.934**

Nova Friburgo, 04 de agosto de 2025.

De: Secretaria Municipal de Educação

Para: Comissão de Pregão I

A empresa MAVAN EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS CONTRA INCÊNDIO LTDA apresentou impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 90088/2025, que tem por objeto a prestação de serviços de recarga, inspeção e manutenção de extintores de incêndio para a Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo. Alega a impugnante que a exigência de cadastramento da empresa junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) como condição de habilitação seria ilegal e desnecessária, sustentando que apenas o registro junto ao INMETRO seria suficiente para demonstrar sua qualificação técnica.

Entretanto, a exigência prevista no edital encontra pleno amparo na legislação estadual vigente, em especial no Decreto Estadual nº 42, de 17 de dezembro de 2018, que regulamenta o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. O artigo 16 do referido decreto dispõe que a instalação de dispositivos fixos de segurança contra incêndio e pânico deve ser executada por empresas legalmente habilitadas, com registro no conselho de classe competente e cadastradas no CBMERJ. É entendimento técnico consolidado no âmbito do CBMERJ que as atividades oriundas desse objeto também integram o conjunto das medidas de segurança contra incêndio e pânico, exigindo o cadastramento da empresa responsável perante o Corpo de Bombeiros.

Além disso, não há qualquer incompatibilidade entre as competências do INMETRO e do CBMERJ. Enquanto o INMETRO regula e certifica os processos e padrões técnicos de qualidade para a recarga e manutenção de extintores, o CBMERJ exerce função de fiscalizar a regularidade e segurança das empresas que atuam nesse segmento. Assim, a certificação pelo INMETRO é uma condição necessária, mas não suficiente, sendo igualmente exigível o cadastramento no órgão de segurança contra incêndio do Estado onde os serviços serão executados. Tal exigência está em conformidade com o interesse público, com os princípios da precaução e da proteção da





coletividade, especialmente considerando que os serviços impactam diretamente a segurança de unidades escolares, almoxarifados e prédios públicos vinculados à Secretaria de Educação.

O cadastramento no CBMERJ, portanto, não constitui restrição indevida à competitividade ou afronta à isonomia, uma vez que é aberto a empresas de qualquer estado da federação, bastando o cumprimento dos requisitos técnicos e documentais estabelecidos pelo Corpo de Bombeiros do RJ. Ressalte-se que a exigência de cadastro não impede a participação na licitação, mas apenas condiciona a execução contratual à regularização da empresa junto ao órgão estadual competente, o que é medida razoável e plenamente justificável no contexto da legislação local.

Diante disso, conclui-se que a exigência de cadastramento no CBMERJ é legal, pertinente e necessária para garantir a segurança e regularidade dos serviços contratados.

Sendo o que há para expor, por ora, despeço-me, colocando-me a disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o caso em tela, e renovando desde já, os votos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Gustavo da Silva Martins**  
Setor de Patrimônio  
Mat.: 105.872

**Caroline Moura Klein**  
Secretária de Educação  
Mat.: 990.256





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão I*

## DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

PE Nº 90.088/2025

Processo Licitatório nº 14.842/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.088/2025, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada em prestação de serviços continuados de recarga, manutenção e afiação em extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Educação existentes dos tipos: Gás Carbônico (CO2) 6kg, Pó Químico Seco (PQS) 6 Kg, Pó Químico Seco (PQS) 4 Kg e Água Pressurizada (AP) 10L, para atender às necessidades das Unidades Escolares, Almoxarifado e Núcleo Central da Secretaria de Educação, pelo período de 01 (um) ano.**

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **MAVAN EQUIPAMENTOS E SERVICOS CONTRA INCENDIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.777.870/0001-72, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, por intermédio de seu representante legal, **TEMPESTIVAMENTE**, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.088/2025.

### I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra as especificações técnicas do Termo de Referência, ao alegar que *"As Leis nº 5.966/1973 (art. 4º, § 2º) e nº 9.933/1999 (art. 3º, I e IV), bem como as Portarias INMETRO nº 206/2011 e nº 058/2022, conferem ao INMETRO competência exclusiva para registrar, regulamentar, certificar e fiscalizar prestadores de recarga e manutenção de extintores de incêndio" e que "Não há base legal que justifique o cadastro ou certificação desses prestadores junto ao Corpo de Bombeiros estadual, tampouco competência normativa desse órgão para tal."*





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da Impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.

## II. DA DILIGÊNCIA AO SETOR TÉCNICO

Nada obstante, com base no artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/2022 e no subitem **26.11** do Edital, considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, o processo foi encaminhado para manifestação do órgão requisitante do certame, a fim de subsidiar a decisão final deste Pregoeiro.

Diante do exposto pela Secretaria solicitante, em sua nota técnica anexada ao presente processo, esta mantém as exigências editalícias como medidas necessárias para garantir a devida execução dos serviços, conforme se destaca a seguir:

*"Ressalte-se que a exigência de cadastro não impede a participação na licitação, mas apenas condiciona a execução contratual à regularização da empresa junto ao órgão estadual competente, o que é medida razoável e plenamente justificável no contexto da legislação local. Diante disso, conclui-se que a exigência de cadastramento no CBMERJ é legal, pertinente e necessária para garantir a segurança e regularidade dos serviços contratados."*

## III. DA DECISÃO

Isto posto, estando a presente decisão fundamentada no parecer técnico emitido pela Secretaria Municipal requisitante do certame, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021 e sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta no bojo do processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.088/2025** e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo integralmente as disposições editalícias.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão I*

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato <https://www.gov.br/compras>.

Nova Friburgo, 07 de agosto de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto

Pregoeiro - Comissão Permanente de Pregão I

Matrícula nº 206.934